

**ADOÇÃO E OS CONTEÚDOS CURRICULARES NA
EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS ORIENTA-
ÇÕES**

GILMARA LUPION MORENO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
LONDRINA, PARANÁ, BRASIL
GILMARALUPION@HOTMAIL.COM

ELIANE APARECIDA CANDOTI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
LONDRINA, PARANÁ, BRASIL
ELIANE.CANDOTTI@GMAIL.COM

ADOÇÃO E OS CONTEÚDOS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ALGUMAS ORIENTAÇÕES

Resumo: O artigo objetiva orientar os professores em como trabalhar os conteúdos curriculares que suscitam adoção. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com base nos estudos realizados a partir de um projeto de pesquisa e extensão e por meio da formação dos professores acerca do conteúdo “Configurações e vínculos familiares”. Os resultados intentam a capacitação docente e, por conseguinte, a implementação dos encaminhamentos metodológicos sugeridos.

Palavras-chave: Adoção; Configurações familiares; Formação de Professores.

ADOPCIÓN Y LOS CONTENIDOS CURRICULARES EN LA EDUCACIÓN INFANTIL Y DE LOS PRIMEROS AÑOS EN LA ESCUELA PRIMARIA: ALGUNAS DIRECCIONES

Resumen: El artículo tiene como objetivo guiar a los maestros sobre como trabajar los contenidos curriculares que dan lugar a la adopción. Esta es una búsqueda bibliográfica basada en los estudios realizados en un proyecto de investigación y extensión; y en la capacitación de docentes sobre el contenido “Las configuraciones y los lazos familiares”. Los resultados consisten en la capacitación docente y la implementación de las pautas metodológicas sugeridas.

Palabras Clave: Adopción; Configuración familiares; Formación de profesores.

ADOPTION AND TOPICS OF SCHOOL CURRICULUM ON PRE-SCHOOL AND PRIMARY SCHOOL: SOME GUIDELINES

Abstract: This paper aims to guide how teachers can work on topics of school curriculum that brings adoption as a theme. This is a bibliographic search based on studies carried out from a research and extension project and through the training of teachers about “Family settings and links”. The results are intended for teacher training and, therefore, to implement the suggested methodological approaches.

Keywords: Adoption; Family Settings; Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Como as crianças brasileiras vivem suas infâncias? Quem são as crianças que estão na escola? São muitas as infâncias vividas pelas crianças brasilei-

ras. Algumas delas trazem em suas histórias de vida a experiência de terem sido concebidas e geradas por seus genitores e, depois, encaminhadas para novas famílias, ou seja, são adotadas; outras vivem suas infâncias em instituições de acolhimento à espera de um lar.

Que famílias chegam às escolas? As famílias das crianças brasileiras são constituídas por uma mãe e um pai, por um pai ou uma mãe, por dois pais ou duas mães, por madrastas e/ou padrastos, em co-parentalidade, por famílias alargadas, por avós e avôs, por tios e tias, por irmão(s) e irmã(s) e por família reconstituídas, reagrupadas, adotivas e acolhedoras. Entretanto, no Brasil, diversas crianças vivem suas infâncias em instituições de acolhimento à espera do retorno às suas famílias de origem ou de encaminhamento a famílias adotivas.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as configurações e os vínculos familiares foram estabelecidos entre os objetos de conhecimento do componente curricular de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no 1º ano. Por meio desse documento orientador, o tema “Família” foi evidenciado como conteúdo obrigatório dos primeiros anos de escolaridade no processo de elaboração dos currículos. Sendo assim, elencou-se como norteadora deste estudo a questão: como trabalhar com as crianças adotadas e acolhidas os conteúdos curriculares que suscitam a temática da adoção na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental? (BRASIL, 2017).

Desse modo, elegeu-se como objetivo geral orientar os professores sobre como trabalhar os conteúdos curriculares que suscitam o tema “Adoção”, respeitando a história de vida da criança acolhida e adotada. Já os objetivos específicos consistem em: refletir sobre a temática da adoção e do acolhimento institucional na escola; apresentar os conteúdos curriculares que suscitam o tema da adoção, bem como seus objetivos e sua importância nas vidas pessoal e acadêmica das crianças de 0 a 10 anos; propor algumas sugestões metodológicas para a realização de atividades sobre a hereditariedade e a história de vida da criança acolhida e adotada.

Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa bibliográfica baseada nos estudos realizados por meio de um projeto de pesquisa e extensão sobre adoção e acolhimento institucional na escola, do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL); ademais, leva em conta a participação das autoras nos encontros realizados pelo Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto; também, o processo

de formação continuada de professores realizado pelos docentes do Apoio Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Londrina (SME), em que as configurações e os vínculos familiares são abordados como conteúdo obrigatório.

No que se refere aos resultados, destaca-se a contribuição deste estudo para a construção de uma cultura adotiva nas escolas, a qual se deu por meio da participação dos discentes do curso de Pedagogia da UEL e dos professores de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental nos grupos de estudos e nos cursos de formação continuada sobre a temática em questão. A partir dos diálogos e das palestras envolvendo a equipe de formação continuada da SME e o grupo Trilhas do Afeto, foram elaboradas novas orientações aos professores da rede municipal de ensino de Londrina (PR) com possibilidades de encaminhamentos pedagógicos.

Com o intuito de contribuir para o trabalho dos professores, em um primeiro momento, serão apresentados os conteúdos curriculares que suscitem a adoção e o acolhimento institucional quando existem alunos adotados e acolhidos na sala de aula; na sequência, propõem-se algumas orientações e possibilidades de como trabalhar com a história de vida dessas crianças.

2 CONTEÚDOS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Os conteúdos curriculares que suscitam o tema “Adoção e Acolhimento institucional”

A partir dos anos 1970, os conteúdos escolares de História e Geografia foram integrados em um núcleo comum, os Estudos Sociais. Estes, por sua vez, objetivavam, nos primeiros anos de escolaridade, o estudo das experiências vividas. Nesse processo, os espaços, os grupos e as relações de convívio passaram a configurar conhecimentos curriculares pertinentes à formação inicial dos estudantes.

Nos anos 1990, pelo processo de redemocratização do país e pelas reformas educacionais que sucederam, a História e a Geografia retornaram como componentes curriculares distintos, enfatizando a especificidade de seus conhecimentos. Mesmo assim, os anos iniciais mantiveram os estudos referentes aos núcleos e espaços de convívio, bem como os conteúdos históricos e geográficos locais e regionais.

Nesse contexto, o estudo da história de vida e da família ampliou as

discussões sobre os laços de parentesco e sobre as relações de convívio, dando visibilidade às diferentes configurações familiares, evidenciando proximidades e divergências entre elas. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, as famílias constituem-se cada vez mais de relações de afetividade, não apenas de consanguinidade. Pela primeira vez, o levantamento demográfico identificou dezenove tipos de laços de parentesco, indicando que os tipos de arranjos familiares que não seguem o tradicional “pai, mãe e filho(s)” correspondem a 50,1% dos lares.

Uma vez que essa temática ganhou espaço entre as questões identitárias analisadas como conteúdos obrigatórios nos anos iniciais do Ensino Fundamental, várias discussões envolvendo membros e particularidades das famílias foram suscitadas em sala de aula. Com isso, ampliou-se entre os educadores certo zelo ao tratar de assuntos que poderiam gerar desconforto, tanto na sala de aula como no âmbito familiar, favorecendo situações conflituosas entre todos os envolvidos no processo de formação da criança.

Considerando o Art. 1 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, os processos formativos dos indivíduos se dão em diferentes instâncias, envolvendo o contexto familiar, os demais grupos de convívio, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e as manifestações culturais, ou seja, o educando se constitui em meio à diversidade de pessoas, relações e aprendizagens, a qual configura o meio social de que faz parte (BRASIL, 1996).

Tratar da família por meio da prática docente, nesse viés, possibilita reflexões sobre os primeiros ensaios em sociedade, os laços de afetividade e de pertencimento estabelecidos, havendo consanguinidade ou não, e as bases identitárias do sujeito. Para tanto, o contexto social e os valores humanos se entrelaçam na compreensão de si e do outro, constituindo-se conhecimento vivido, sistematizado pelo currículo e estabelecido como direito de aprendizagem.

Sobre o processo de aprendizagem, Charlot (2014) afirma que o sujeito aprende com tudo o que carrega dentro de si e que, em função disso, não se desvincula de sua condição de criança, de filho(a), de irmão nem dos sentimentos de rejeição, abandono, insegurança, contentamento, entre outros que o acompanham. Toda essa carga interfere em sua condição de aluno e de adulto, nos papéis que irá desempenhar.

O autor destaca, também, a importância do papel que a escola exerce

no processo de construção do conhecimento, oportunizando encontros e diálogos entre as diferentes realidades que por ela passam, possibilitando o firmamento de vínculos com o lugar, com o aprendizado e com os sujeitos que compõem o meio do qual faz parte ou que se estabelecem como referências.

Para Charlot (2014), quanto mais a escola dialogar com a condição humana e com os espaços de convívio do sujeito, mais fluirá o processo de aprendizagem, além de corroborar a formação de uma visão mais humanizada das pessoas, dos lugares e das vivências. Quando os conteúdos ensinados estabelecem ligações e problematizações com a realidade do aluno, ampliando suas perspectivas de mundo, passam a ter um significado e um valor maior junto aos objetos de estudo e ao próprio contexto de vida do estudante. Nesse sentido, as transformações ocasionadas pelo conhecimento se dão, primeiramente, na esfera pessoal, para que depois ampliem-se à esfera social.

O autor aponta que a escola, como lugar de pluralidades e de conhecimentos, precisa apropriar-se de sua condição diversa, possibilitando acolhida e construção de identidades menos excludentes, de sentimentos de pertença mais representativos e de um sentido de nação mais humano e compartilhado. Dessa maneira, a efetivação de um currículo que valoriza e amplia o conhecimento de si e do outro promove o encontro entre as diferenças e a construção de uma perspectiva mais acolhedora e de conhecimentos que ganham significado ao se encontrarem com as reais necessidades de seu tempo.

Nessa perspectiva, entende-se a própria condição do educando como elemento primordial na legislação estabelecida sobre a educação, legitimada pela LDB em 1996 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017, a qual objetiva, por meio da fixação de conteúdos mínimos, assegurar a formação integral do sujeito. Assim, o componente curricular de História corrobora o processo de formação do indivíduo, ao possibilitar a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais, bem como de atuar de forma ética, responsável e autônoma frente a esses processos (BRASIL, 2017).

Considerando os apontamentos realizados por Charlot (2014) e o que se propõe na legislação mencionada, entende-se que as referências locais são ponto de partida para ampliar as discussões e a compreensão de si, do outro e do meio social no qual os indivíduos se inserem e, juntamente com outros,

compõem esferas e dinâmicas mais amplas. Com base nesses elementos, o ensino de História nos anos iniciais do Ensino fundamental, conforme a BNCC, estende a complexidade das discussões sobre os grupos e as relações de convívio no meio familiar e em outros meios com que se relaciona.

Nesse contexto, os conteúdos de cada ano organizam-se da seguinte forma: o 1º ano concentra-se no mundo pessoal do estudante; o 2º ano, nas relações de convívio da comunidade; o 3º ano, no estudo da cidade e nos laços de pertencimento; o 4º ano, nas trajetórias dos grupos humanos e nos regionalismos; o 5º ano estabelece relações entre aspectos da história da humanidade, da história regional e do Brasil por meio da diversidade de povos, culturas e formas de organização.

Apesar de o conteúdo “Organizações familiares” concentrar-se no 1º ano, os estudos e as análises envolvendo famílias em diferentes contextos históricos, culturais e temporais permeiam todos os anos. Diante dessa constante e da diversidade de configurações familiares presentes em suas unidades escolares, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Londrina passou a atentar para diferentes formas de tratar o assunto “Família”, ampliando as reflexões no decorrer do processo de formação continuada dos professores que atendem as turmas do Ensino Fundamental.

A partir da BNCC (2017), o tema “Família”, que sempre esteve entre os conteúdos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente entre o 1º e o 2º ano, passou a constar como direito de aprendizagem assegurado por lei, reforçando a sua obrigatoriedade e fundamentando o que sempre fluiu espontaneamente entre as argumentações dos estudantes e dos conteúdos já postos pelos componentes curriculares (BRASIL, 2017).

Quanto à Educação Infantil, entre os campos de experiência nos quais os conteúdos se desdobram, a sistematização de temas relacionados à identidade, à construção das relações, ao sentimento de pertença, ao conhecimento, ao respeito e à valorização do outro e de diferentes formas de viver no tempo e no espaço passou a permear obrigatoriamente as vivências escolares que se integram às vivências familiares.

Faz-se importante destacar que o trabalho com elementos do conjunto familiar sempre esteve presente na Educação Infantil e a BNCC (2017) sistematizou a obrigatoriedade dessas discussões. A preocupação com a infância, a diversidade e os saberes experienciados em diferentes campos de conhecimento tornaram-se pilares significativos no trabalho com essa faixa

etária (BRASIL, 2017).

Em relação ao Ensino Fundamental, apesar de retomar os estudos sobre as famílias em diferentes contextos temporais e culturais, a ênfase sobre o mundo pessoal do estudante e dos grupos de convívio ocorre entre o 1º e o 2º ano, por meio do “reconhecimento do eu, do outro e do nós” (BNCC, 2017), além das relações estabelecidas com a família, a escola e a comunidade, propondo a integração entre as diferentes esferas. As discussões situam o estudante quanto ao seu lugar no mundo, partindo do conhecimento de si e dos grupos de convívio no decorrer do seu desenvolvimento e propondo reflexões sobre o cotidiano de ambos (BRASIL, 2017).

Conforme Charlot (2014), o estudante traz para a escola sua condição familiar, suas vivências, afetividades, seu sentimento de rejeição e de acolhida. Desse modo, não há como impedir que tudo isso aflore em meio às aulas, revelando aspectos da vida pessoal do aluno, nem sempre fáceis de tratar, tanto por ele como pela família. Nesse sentido, a obrigatoriedade do estudo dessa temática em diferentes realidades e temporalidades oportuniza reflexões e compreensões sobre si e sobre os outros na promoção de uma cultura de paz e respeito.

Diante dessa demanda, as formações ofertadas aos professores da rede municipal de educação de Londrina passaram a reforçar a importância do trabalho com a história de vida, contemplando as diferentes configurações familiares, possibilitando rodas de conversa e contações de história, por meio das quais os estudantes fossem amparados e motivados a falar de si e dos próprios contextos familiares, aprendendo a ouvir e a respeitar as diferentes realidades familiares apresentadas pelos colegas de turma. Com esses momentos, os estudantes elaboraram acervos de imagem a partir de ilustrações, colagens e produções fotográficas, que, posteriormente, compuseram exposições à comunidade.

Como reflexo dessas mudanças, os livros didáticos também propuseram alterações nos textos e na seleção de imagens, iniciando reflexões sobre as famílias que se constituem a partir de laços consanguíneos e/ou afetivos, evidenciando configurações formadas, também, por processos de adoção. No entanto, trata-se de um processo modesto, que, ainda assim, gerou discordâncias entre as diferentes concepções de família apresentadas pelos diversos contextos socioculturais do país.

Destacam-se questionamentos apresentados pelas famílias de alguns estudantes, em especial pelo conjunto de famílias substitutas (famílias

adotivas) e extensas (constituídas por parentes próximos quando da existência de vínculos afetivos) presentes nas unidades escolares, em que se verificou a ausência de acervos fotográficos familiares e de registros de memória de estudantes que passaram partes de suas vidas em abrigos ou com famílias que não o fizeram.

Esses fatores também problematizaram o envolvimento direto das famílias no processo didático, iniciando-se com a comunicação da realização dos trabalhos, oportunizando-lhes condições de organização da rotina familiar, das possíveis fontes de pesquisa e dos acervos familiares existentes e a elaborar, a fim de que o aprendizado ocorresse de modo integrado e harmonioso entre escola e família, mantendo como alvos principais o bem-estar e o desenvolvimento do estudante. A partir disso, novos encaminhamentos foram ressaltados no decorrer das formações continuadas de professores com a equipe de apoio Pedagógico de História e de Ensino Religioso em Londrina e em outros municípios do estado engajados com a implementação do Referencial Curricular do Paraná.

Dentre esses encaminhamentos, as práticas comuns aos anos iniciais do Ensino Fundamental foram repensadas a partir das referências familiares que o estudante possui, não de suas ausências, oportunizando a elaboração de registros, bem como a reflexão sobre os laços afetivos, não somente consanguíneos.

A família e todas as suas particularidades – positivas ou não – adentram a unidade escolar e o currículo. Não há como minimizar esse contexto e o seu cotidiano por conta da dimensão que possui durante a infância. Portanto, torna-se tema das rodas de conversa nas quais os estudantes apresentam aspectos de suas realidades, fotos ou ilustrações de suas famílias, verbalizando sobre elas e aprofundando os conhecimentos sobre si e sobre a realidade dos demais, sempre mediados por palavras de acolhimento e respeito; das contações de história, curtas e animações, os quais retratam diferentes configurações familiares, envolvendo temas com os quais os estudantes se identificam e evitando visões estereotipadas ou negativas sobre um grupo ou outro; dos exercícios de simulação, em que se propõe a representação de cenas que poderiam ter ocorrido (como o estudante imagina determinado fato ou época de sua vida), refletindo sobre os sentimentos que nortearam a produção; das representações por meio de estratégias bidimensionais e tridimensionais, que favorecem a expressão livre do que cada sujeito entende como família; entre outras. Todas essas sugestões en-

caminharam a elaboração de painéis e álbuns ou livros de história da vida, da qual professores, estudantes e membros da família participam registrando fragmentos de memória coletiva e individual que, ao final, constituem narrativas históricas e afetivas em torno da trajetória e do mundo pessoal do sujeito.

Em todo o processo, conclui-se que a integração entre família e escola na formação do sujeito e em todas as atividades que dizem respeito à formação de uma identidade pessoal e coletiva, bem como no estabelecimento de relações de convívio que fortaleçam sentimentos de empatia, pertencimento e responsabilidade consigo mesmo, com o outro e com o meio em que se vive contribuirá para uma sociedade mais humanizada, capaz de acolher, de respeitar e de conviver com as diferenças.

2.2 Trabalhando a história de vida das crianças acolhidas e adotadas: algumas possibilidades

Conteúdos como a história de vida, da família, do nome, do sobrenome, entre outros trazem à tona o fato de que a criança foi adotada, portanto, sua história precisa ser respeitada e trabalhada com cuidado. Evidencia-se o fato de que não se apaga a história de vida de uma pessoa, “[...] toda criança tem uma origem, pertence a uma família, a um grupo social e cultural, e tem uma história única, que lhe pertence” (VIDIGAL, 2013, p. 12). Na adoção, essa história pode ser ressignificada, mas não ignorada. Logo, não é possível trabalhar a história de vida de uma criança ou de um adolescente negando a sua história antes da adoção, pois “[...] o conhecimento, a possibilidade de atribuir outros significados e compreender sua história são fundamentais para um desenvolvimento psíquico saudável de cada pessoa (VIDIGAL, 2013, p. 12).

A psicóloga Clarissa de Toledo Temer, no livro “Fazendo minha história: guia de ação para colaboradores” (TEMER, 2013), alerta para uma realidade muitas vezes ignorada: algumas instituições de acolhimento pouco sabem e, menos ainda, falam sobre as histórias das crianças acolhidas. A maioria das instituições de acolhimento é mantida por entidades filantrópicas e os recursos repassados pelos órgãos públicos são, geralmente, insuficientes para manter a qualidade dos serviços prestados junto às crianças e aos adolescentes acolhidos. No entanto, para além da escassez de recursos humanos e materiais, o fato de não se abordar a história de vida dos acolhidos ocorre,

“[...] porque lidar com as histórias de vida dessas crianças é uma tarefa complexa e delicada, um grande desafio” (VIDIGAL, 2013, p. 4).

Por outro lado, atividades comuns na escola – por exemplo: a) Quem escolheu o seu nome? Quando você engatinhou, sentou, andou? b) Conte a sua história e mande fotos de você dentro da barriga da sua mãe; c) Com a ajuda de seus pais, preencha as informações sobre o seu nascimento, nome da maternidade, data, hora, peso, tipo de parto (normal, prematuro, cesárea), nome do médico etc. – costumam ser um problema, uma dificuldade para a criança acolhida ou adotada que não teve sua história de vida preservada, registrada. Segundo as “Orientações técnicas: serviço de acolhimento para crianças e adolescentes”, de 2009:

Sempre que possível, a fim de promover um sentido de identidade própria, a criança e o adolescente – com o apoio de um educador/cuidador, família acolhedora ou pessoa previamente preparada – devem ter a oportunidade de organizar um livro de sua história de vida que reúna informações, fotografias e lembranças referentes a cada fase de sua vida, ao qual poderão ter acesso ao longo do ciclo vital. Este livro deve ser uma produção da própria criança ou adolescente, com fotos e outras criações de sua autoria. No momento do desligamento esse registro deve fazer parte dos objetos pessoais que a criança ou adolescente levará consigo (BRASIL, 2009, p. 47).

Na maioria dos casos, as crianças não têm consigo fotos, objetos, registros de sua história antes da adoção. O que fazer? Como lidar com a história de vida dessas crianças e desses adolescentes? Como trabalhar, na escola, a história de vida, da família deles? Em geral, professores, pais, mães e/ou responsáveis não sabem como agir diante das tarefas solicitadas pela escola.

Primeiramente, é preciso vencer os mitos, os preconceitos e até mesmo a ideia de “segredo” que permeia o tema “Adoção” e conversar sobre o assunto na escola, investir na capacitação inicial e continuada dos professores e dos demais funcionários acerca dessa temática. Ademais, é preciso vencer os medos e os preconceitos em relação às crianças acolhidas. A instituição de acolhimento, a família e a escola precisam compreender a importância de se preservar e respeitar a história de vida de cada criança, mesmo que parte dela tenha sido composta de momentos tristes e difíceis. Isso porque, “[...] querendo ou não, essas experiências nos marcam, nos constituem e

nos determinam. Por mais difíceis que sejam o passado e o presente de uma criança ou adolescente, aquela é sua história” (VIDIGAL, 2013, p. 27).

A história de vida da criança adotada é marcada pela sua vivência junto à família de origem, à instituição de acolhimento e a sua nova família. “Registrar a vivência durante o período de acolhimento ajuda a evitar que esse tempo se torne um período silenciado e nebuloso” (VIDIGAL, 2013, p. 28). Afinal, essa criança foi acolhida por pessoas que, naquele momento difícil, receberam-na, cuidaram dela e protegeram-na, exercendo, naquele período, funções paternas e maternas.

No que diz respeito à realização das tarefas em que se solicitam informações sobre a história de vida do aluno, concorda-se com D’Andrea (2012) que o desenho é uma boa – se não a única – alternativa para compor as atividades escolares quando da ausência de registros fotográficos e documentais sobre os primeiros anos de vida da criança. Para o autor, “[...] os pais adotivos podem ajudar o(a) próprio(a) filho(a) a ‘desenvolver as fotos da memória’, evitando que fiquem esquecidas nos arquivos da mente. Através de desenhos, por exemplo, tomam forma e cor as lembranças, que poderão, assim, fazer parte integrante do álbum da família (D’ANDREA, 2012, p. 80).

Quando se trata de crianças adotadas, “[...] as tarefas tradicionais de hereditariedade podem trazer confusão e estresse para a cabecinha dos pequenos” (WEBER, 2011, p. 132). Nesse caso, o professor deverá informar os pais e/ou responsáveis quando houver atividades que solicitem informações pessoais da família, para que juntos possam encontrar soluções alternativas quando da ausência de registro da história de vida do aluno. As tarefas mais comuns solicitadas pelos professores quando trabalhados os conteúdos curriculares que suscitam o tema “Adoção” são aquelas relacionadas à história de vida, da família – linha do tempo da criança, árvore genealógica – etc. A seguir faremos algumas orientações sobre como o professor poderá agir nesses casos.

De onde vêm os bebês? Na Educação Infantil, essa é uma pergunta entre os pequenos. Tem-se, então, uma oportunidade para os pais e para a escola falarem francamente, com naturalidade, que todos os bebês nascem da barriga de uma mulher, mas existem crianças que foram adotadas, que não nasceram da barriga da mamãe atual, nasceram da barriga de outra mulher. Cabe à escola “abordar com atenção, cuidado, sem constrangimento, as intervenções que fará ao ouvir, por exemplo, uma criança dizer que é “filha do coração”. Não apreciamos esta forma que certos pais ainda usam que

sugere um nascimento por uma via antinatural (SOUZA; CASANOVA, 2018, p. 96).

História de Vida - Quando solicitado ao aluno adotado que represente por meio de desenho a sua história de vida, orientar os pais e/ou responsáveis, pelos motivos já mencionados aqui, que acolham a história do(a) seu/sua filho(a) anterior à adoção, auxiliando-o(a) na realização da tarefa. O mesmo dever ser feito com os educadores/cuidadores responsáveis pela criança acolhida. Uma das atividades mais comentadas no universo adotivo e que costuma causar constrangimento às crianças e suas famílias é a solicitação pela escola de uma foto da criança na barriga da mãe. Sugere-se a substituição da foto da mãe grávida pela foto da mãe esperando pelo(a) filho(a) adotivo(a). Hoje são comuns os books fotográficos da gestação por adoção.

Enquanto não se avança junto às instituições de acolhimento para que se tenha preservada, contada e registrada a história de vida dos bebês, as pesquisas escolares relacionadas ao nascimento da criança – peso, altura, tipo de parto; com quanto tempo sentou, engatinhou, andou, falou; quem deu o primeiro banho?; quando nasceu o primeiro dente? etc. – são questões sem respostas, histórias perdidas. Nesse caso, a carteirinha de vacinação e o registro civil da criança podem responder a algumas dessas perguntas; outras poderão ser respondidas pelos pais com um sincero “não sei”; ou então com uma rápida pesquisa sobre o desenvolvimento infantil na internet, e a resposta pode iniciar assim: “Não sei, mas acho que você andou com 1 ano de idade...”.

Linha do Tempo - Nessa mesma perspectiva, algumas informações solicitadas são possíveis de serem acessadas nos documentos acima mencionados, já experiências, curiosidades, pormenores, quando não registradas e preservadas, costumam causar estresse, constrangimento, tristeza, raiva, descontentamento diante da tarefa solicitada pela escola de construir a linha do tempo da criança. Considerando que história não se apaga, recomenda-se que os professores conversem com os pais e/ou responsáveis pela criança para que, juntos, possam encontrar uma alternativa para a realização da atividade. Os pais por adoção costumam ser bastante criativos quando solicitados a fornecer uma informação inexistente sobre a história pregressa de seu/sua filho(a). Os professores, por sua vez, podem colaborar solicitando não apenas fotos, mas desenhos, figuras de revistas e jornais que retratem os períodos solicitados na linha do tempo. Por exemplo, figuras de

artigos de bebê (mamadeira, fralda, chupeta etc.) podem substituir a foto da criança recém-nascida; figuras de material escolar (mochila, lápis de cor, lancheiras) podem substituir a foto do seu primeiro dia de aula, entre outros itens.

Cópia da Certidão de Nascimento - Outra solicitação da escola costuma ser: “traga uma cópia da sua certidão de nascimento”. Tem-se uma tarefa simples, mas que também preocupa pais e mães cujo(a)(s) filho(a)(s) encontram-se em processo de adoção, ou seja, a adoção não foi concluída e o documento que a família possui é o Termo de Guarda da criança. Judicialmente, os pais por adoção são os guardiões da criança, e o documento traz o nome de seus genitores. Nesse caso, sugerimos aos professores que, diante da informação de que existem alunos da sua turma em processo de adoção, adaptem a atividade, pedindo, por exemplo, que as crianças, juntamente com os pais, com base na certidão de nascimento, preencham os dados que compõem o documento: nome da mãe, nome do pai, nome dos avós materno e paterno, data de nascimento, entre outros itens.

Destaca-se que, conforme o exposto no Art. 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), após finalizado o processo de adoção, cancela-se o registro original do adotado, um novo documento é expedido com o nome de seus novos pais e ascendentes, sendo proibida qualquer observação sobre a adoção na certidão de nascimento. Logo, não há nenhum problema de solicitar o documento quando o processo de adoção estiver finalizado, aliás, a nova certidão de nascimento é motivo de orgulho, de comemoração da nova família, que pode ser compartilhada com a escola (BRASIL, 1990).

História do Nome - Quando adotada, a criança tem o sobrenome alterado e poderá modificar o prenome (BRASIL, 1990). Entretanto, recomenda-se o respeito à vinculação da criança ao próprio nome, sendo cada caso avaliado pelos psicólogos da Vara da Infância quanto à viabilidade ou não da alteração do nome. Dolto (1998) destaca a importância de a família adotiva acolher e respeitar a história de vida da criança anterior à adoção, inclusive, o seu prenome. Para ela, é também uma forma de os pais adotivos declararem ao/à filho(a) o reconhecimento pela “[...] sua mãe de nascimento e por seu pai genitor. Foi do desejo deles que veio a autorização que deram ao filho, este filho que eles não podiam assumir, de encontrar uma família adotante” (DOLTO, 1998, p. 233). Ao se trabalhar a história do nome, o professor deve orientar os pais – que, muitas vezes, mostram-se angustiados por não terem escolhido o nome do(a) seu/sua filho(a) – a dizerem a verdade, como por

exemplo, “Eu não sei quem escolheu o seu nome, provavelmente a mulher que carregou você na barriga dela... Mas eu adorei o seu nome!”.

Nome Afetivo - Sendo assim, os professores devem se atentar para o uso do nome afetivo (nome ou sobrenome que a criança assumirá após a adoção). No Estado do Paraná, tem-se a Lei 19.746/2018, que permite o uso do nome afetivo nas escolas de crianças e adolescentes que estejam em processo de adoção, sob a guarda provisória dos adotantes. Isto é, a escola deverá incorporar nos seus formulários o campo “Nome Afetivo” e tratar a criança pelo nome que ela se reconhece, identificado por seu grupo social e familiar (PARANÁ, 2018).

História da Família - Ao solicitar à criança adotada ou acolhida o desenho ou uma foto da sua família, pedir ao aluno que incorpore no trabalho as pessoas mais importantes da sua vida, aquelas que ele considera família, podendo incluir aqui o registro dos seus genitores. Pode ocorrer que alguns alunos adotados, em especial aqueles que foram adotados mais velhos, que possuem memória da sua família de origem, optem por não compartilhar com os colegas e com o professor a sua história anterior à adoção, ou que se sintam confusos quando o assunto é família, pois precisa-se trabalhar com as experiências vividas junto a sua “família antiga” e a sua “família nova”. Orienta-se, então, a sensibilidade e o respeito do(a) docente, evitando sempre que o aluno se sinta constrangido, exposto à curiosidade dos demais, a uma situação vexatória.

Árvore Genealógica - Devem ser oportunizadas atividades que consolidam o sentimento de pertença com relação ao(s) lugar(es) e ao(s) grupo(s) de vivência como, por exemplo, a estruturação de árvores afetivas, não apenas de árvores genealógicas, enfatizando a representação do grupo familiar ao qual pertence. Logo, sugere-se que essa atividade seja feita com base na filiação afetiva, como nomes e fotos dos familiares pós-adoção. No entanto, em respeito a sua história de vida, “[...] a árvore genealógica da criança adotiva poderia incluir toda a relação de seus antepassados adotivos e fazer menção aos pais biológicos [...]”. (LEVINZON, 2015, p. 70).

Importante colocar que, quando da presença de um ou mais alunos acolhidos ou adotados na sala de aula, as adaptações às atividades acima descritas não devem se restringir às crianças acolhidas ou adotadas, ou seja, a proposta deve ser a mesma para todos os alunos, que poderão utilizar, além do registro fotográfico e dos dados de seus genitores, outras possibilidades na realização das tarefas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É também dever da escola assegurar, com absoluta prioridade, os direitos das crianças e dos adolescentes, como o respeito as suas histórias de vida. Desse modo, os conteúdos curriculares que suscitam a temática da adoção na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverão ser trabalhados de forma respeitosa com as diferentes constituições familiares, entre elas a adotiva. Contudo, para que isso ocorra, é necessário conhecimento sobre adoção e acolhimento institucional, ou seja, é preciso investir na formação inicial e continuada de professores, a fim de capacitá-los a lidarem com o tema na sala de aula.

As alterações no modo de orientar o trabalho com aspectos do mundo pessoal dos estudantes na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando as diferentes configurações familiares, não resulta de um esforço único, mas de um coletivo que agrega parcerias e mudanças de olhares e de posturas frente aos grupos familiares. No município de Londrina, o diálogo promovido entre a Secretaria de Educação e a comunidade – representada por uma organização não governamental de pais adotivos, pretendentes e interessados em adoção de crianças e adolescentes, apoiados pela Vara da Infância e Juventude de Londrina/PR –, possibilitou novas reflexões sobre a diretriz curricular.

Por meio da Educação Infantil, os estudantes iniciarão os trabalhos com a própria representação, com noções de pertencimento e de vínculos afetivos, além de expressarem e ampliarem as percepções sobre a vida familiar, grupos e espaços de convivência. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ocorrerá a ampliação de conhecimentos sobre sua participação no mundo social, de forma ética e autônoma frente aos acontecimentos.

Para tanto, os estudos e os procedimentos investigativos que oportunizam a ludicidade e o diálogo contribuirão para a valorização e a problematização das vivências e das experiências individuais e familiares que chegam com os estudantes e que atribuem significado às aprendizagens dos sujeitos. Por fim, espera-se contribuir para o trabalho do professor que tem alunos oriundos de famílias adotivas e em acolhimento institucional, instrumentalizando-os por meio das orientações descritas neste artigo sobre como trabalhar os conteúdos curriculares que suscitam o tema “Adoção”, respeitando a história de vida da criança acolhida e adotada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA). Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para criança e adolescentes.** Brasília: CNDCA, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos)

D'ANDREA, Antonio. **Tempo de espera: como vivem as crianças, o casal e os trabalhadores sociais à espera da adoção.** Trad. de Luci Moreira da Costa. São Paulo: ITFSP, 2012.

DOLTO, Françoise. Reflexões sobre adoção. In: **Os caminhos da educação: textos recolhidos, anotados e apresentados por Claude Halmos.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 1998, p. 231-246.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>. Acesso em: 15 mar. 2018.

LEVINZON, Gina Khafif. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

PARANÁ. **Lei nº 19746, de 11 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura e lazer para crianças e adolescentes que estejam sob guarda provisória concedida em regular processo de adoção. Curitiba: Palácio do Governo, 2018. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=371573>. Acesso em: 26 abr. 2020.

TEMER, Clarissa de Toledo. Pai, conta historinha? In: VIDIGAL, Cláudia (Coord. Geral). **Fazendo Minha História: guia de ação para abrigos e colaboradores.** São Paulo: Associação Fazendo História, 2013. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SOUZA, Hália Pauliv; CASANOVA, Renata Pauliv de Souza. **Adoção e seus desafios.** Curitiba: Juruá, 2018.

VIDIGAL, Cláudia (Coord. Geral). **Fazendo Minha História: guia de ação para abrigos e colaboradores.** São Paulo: Associação Fazendo História, 2013. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/56b10ce8746fb97c2d267b79/t/56bcc5567da24f4faa269479/1455211873350/guiafmh.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

WEBER, Lídia. **Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção.** Curitiba:

CADERNOS DE COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

tiba: Juruá, 2011.

Gilmara Lupion Moreno

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).
Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Instituto de Apoio à Adoção de Crianças e Adolescentes Trilhas do Afeto.

E-mail: gilmaralupion@hotmail.com

Eliane Aparecida Candoti

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Docente da equipe de Apoio Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Londrina, responsável pela formação continuada de professores quanto aos componentes curriculares de História e de Ensino Religioso.

E-mail: eliane.candotti@gmail.com